

NEM SÓ CRIOULO, NEM SÓ PORTUGUÊS BRASILEIRO, MAS  
TAMBÉM

*Neither just Creole, nor just Brazilian Portuguese,  
but also*

Ruth E. Vasconcellos Lopes\*

**RESUMO**

Pretende-se discutir a proposta de Ribeiro & Cyrino (2010, neste volume) sobre a estrutura do DP no crioulo de Cabo Verde e no português de brasileiros afro-descendentes, comparando os dados das autoras àqueles do português brasileiro urbano atual, especialmente no que diz respeito à presença de nomes nus singulares em posição argumental. Os dados serão também comparados a dados de aquisição da linguagem por crianças brasileiras considerando que, eventualmente, possam ser detectados estágios no processo de desenvolvimento do DP que se assemelhem à variedade dos afro-descendentes do final do século XIX – estudados pelas autoras.

Palavras-chave: *DP; nomes nus; português; afro-descendentes; sintaxe gerativa.*

**ABSTRACT**

Our goal is to contribute with Ribeiro & Cyrino's (2010, this volume) discussion about the structure of DPs in the data from two Afro-Brazilian speakers born in the XIX century. The authors compare the data from the Afro-Brazilian subjects with the Cape Verdean Creole. We will extend the comparison to contemporary urban Brazilian Portuguese (BP), paying special attention to similarities with regards to the presence of countable singular bare nouns in argument position. We will also compare their data to language acquisition data from BP entertaining the idea that similarities might show stages of change into different grammars.

Keywords: *DP; bare nouns; Portuguese; African descendants; generative syntax.*

\* Universidade Estadual de Campinas/CNPq

## 1. INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Meu objetivo aqui é discutir o trabalho de Ribeiro & Cyrino (2010, neste volume), onde as autoras apresentam uma descrição da realização de DPs em dois *corpora* de brasileiros afro-descendentes comparando-os a dados dos crioulos do Cabo Verde, neste caso, especialmente com base em Baptista (2007).<sup>2</sup>

Os dados descritos pelas autoras referem-se (i) à amostra de fala de uma senhora afro-descendente de Helvécia, na Bahia, provavelmente nascida no final do século XIX, segundo elas, e (ii) à amostra de dados escritos, por Gregório Joaquim de Santana Gomes Ferrão, das Atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos, produzidas em 1862, como se lê em R&C. Em nome da simplificação, referir-nos-emos a esses *corpora*, respectivamente, como HV e Gregório.<sup>3</sup>

A comparação estabelecida pelas autoras considera o que chamam de “variação na ocorrência de DPs nus” nessas variantes do português bem como a realização do traço de plural nos DPs.

R&C tomam por DPs nus todos os casos de não realização de um determinante no DP, segundo elas, independentemente de o nome encaixado no DP ser contável singular ou plural ou massivo. Nosso foco aqui, porém, não apenas considerará a natureza do elemento nominal, como também a possível referência do DP. cremos que, assim, seria possível estabelecer com mais clareza uma possível taxonomia da variação de realização de determinantes no DP.

Além disso, conquanto esses dois conjuntos de dados sejam tratados como variantes do português, pretendemos, de toda forma, compará-los ao português brasileiro, a que chamaremos, provavelmente de forma indevida, de “urbano atual” (PB, doravante), especificamente em relação ao fenômeno

<sup>1</sup> Este texto é resultado do debate que fiz do trabalho apresentado por Ilza Ribeiro e Sonia Cyrino no GT de Teoria da Gramática durante o XXV ENANPOL em 2010. Agradeço os comentários e sugestões do parecerista anônimo. Obviamente todos os problemas remanescentes são de minha responsabilidade.

<sup>2</sup> Doravante, a referência ao trabalho discutido será feita apenas como R&C.

<sup>3</sup> Os dados, discutidos e apresentados por mim neste texto, referentes aos *corpora* encontrados em R&C, limitam-se apenas aos exemplos apresentados pelas autoras no evento mencionado na nota 1.

que tem sido tratado como “nomes nus” por autores como Schmitt & Munn (1999), Müller & Oliveira (2004), Lopes (2007), entre inúmeros outros.

Pretendemos apontar que, embora os dados de HV e Gregório sejam contemporâneos, parece haver mais do que uma gramática em jogo, uma delas se aproximando mais dos dados analisados por R&C em relação aos crioulos de Cabo Verde (CVC, doravante) e outra, mais do PB. Para sugerir esta análise vamos trazer dados de aquisição que têm semelhança com os dados de Gregório, aventando que este informante provavelmente apresenta uma gramática distinta daquela de HV, embora uma grande cautela tenha que ser tomada por se tratar de dados de escrita.

## 2. FATOS PRELIMINARES

A designação “DPs nus” pode significar uma gama enorme de diferentes fenômenos. Vamos aqui propor um exercício de sistematização a partir dos dados em R&C, segundo a presença ou não de determinantes, e de quais determinantes cruzando essa informação, mais abaixo, com a possível leitura dos DPs nos dados de R&C e naqueles do PB.

Quadro 1: Quadro comparativo sobre a existência de determinantes

	CVC	HV	Gregório	PB
Demonstrativo(s)	kel(s) batata <i>dem (sg/pl)</i>	esse cavalo	este trabalho	esse/este/aquele cavalo
Definido singular	-- <sup>a</sup>	(o) cabeça	(o) presidente	o menino
Definido plural	--	os menino	o(s) presidente(s)	os menino(s)
Indefinido singular	un ómi <i>homem</i>	um pano	?? <sup>b</sup>	um homem
Indefinido plural	uns batankinha <i>paõzinho</i>	??	??	uns homen(s)
Singular nu	ómi <i>homem</i>	cavalo	sócio	cavalo
Plural nu	--	--	??	cavalos

<sup>a</sup> -- = inexistente

<sup>b</sup> ?? = não atestado

Embora o quadro seja ilustrativo do funcionamento geral do CVC e variantes do PB, não é totalmente revelador, pois mostra as possibilidades de realização ou a inexistência de uma certa categoria, mas não suas alternâncias e muito menos as possíveis leituras dos DPs.

Observando o quadro acima, não é difícil imaginar que HV e Gregório sejam bastante próximos; contudo, tentaremos mostrar, ao longo do artigo, que HV parece ter maior semelhança com o CVC do que Gregório que, por seu turno, parece se assemelhar mais ao PB, embora não haja dados em R&C com determinantes indefinidos em Gregório que permitam essa aproximação de forma mais conclusiva. Voltando a HV, o uso do determinante definido singular é absolutamente restritivo, como veremos abaixo.

O fato mais marcante é o espectro de realização do determinante definido. Temos o CVC, por um lado, sem um sistema aberto de determinantes definidos, mesmo para DPs referenciais, e o PB, de outro, em que DPs definidos referenciais são agramaticais sem a presença do determinante, conforme se detecta pela glosa em português dos exemplos em (1):

- (1) Un bes, un ómi di lonji bá kása di un mudjer... [CVC]<sup>4</sup>  
*Uma vez um homem de longe ir(perf) (em) casa de um mulher*  
 Mudjer resebe-l bem resebedu ... Ómi fla...  
*Mulher receber(perf) bem receber\_pass... Homem falar(perf)*

Os exemplos de HV vão na mesma direção daqueles do CVC, ou seja, HV licencia DPs referenciais sem a presença do determinante:

- (2) Já tem fia. [Fia já] tem 3 fio. [HV]  
*Já tem (uma) filha. A filha já tem 3 fio...*

Na realidade, a presença de determinante definido em HV é

<sup>4</sup> Todos os exemplos de CVC, HV e Gregório são retirados do texto apresentado por R&C no ENANPOLL.

claramente marcada e só se realiza em contextos bastante especializados, dentre outros, para marcar posse inalienável, referência única e, sobretudo, carregar a marca de plural, já que esta inexistente nos nomes, ponto a que voltaremos:<sup>5</sup>

- (3) botô **o cabeça** pra báxo
- (4) **O sol** tá muito quente
- (5) a. Pegô **os fio**  
 b. Eu passô **os óio** assim  
 c. Ele vem chamá **os menino** pá calvá

No caso de Gregório, por outro lado, não se pode depreender qualquer uso especializado do determinante, parecendo haver uma simples oscilação no seu emprego, mesmo nos casos de DPs referenciais:

- (6) a. que o depois encontrará a comição e **mesma** lhe entregou um anuncio  
 b. que **o mesmo** Senhor Manuel Euzébio lhe tinha tratado para fazer esta cauza pela **aquantia** de cento e cinqüenta mil reis e **mesmo Senhor** [...] lhe disse /.../

O exemplo em (6b) é bastante emblemático, pois se percebe a oscilação no uso com a mesma estrutura “(o) mesmo senhor”. Mas chamamos a atenção para um fenômeno que não se vê em HV, a saber, um uso exagerado do determinante em “pela a quantia”. Obviamente é preciso ter muita cautela com esse dado, por ser único e por se tratar de escrita.

É fato, em aquisição de linguagem, que os erros encontrados na fala infantil são muito mais erros de omissão do que de execução.<sup>6</sup> Por outro lado, erros de execução, como o apontado acima, são fartamente encontrados em aquisição de segunda língua.

É sabido que crianças adquirindo línguas em que há um sistema

<sup>5</sup> Para os contextos em que o determinante ocorre abertamente em HV, cf. discussão pormenorizada no texto alvo (R&C).

<sup>6</sup> Para essa discussão, cf. SNYDER (2007), entre outros. Os termos são traduções dos conceitos de *omission* vs. *commission* do inglês.

aberto de determinantes passam por um estágio de queda em seu uso, mesmo em DPs referenciais. Lopes (2006), ao analisar dados de produção espontânea de duas crianças adquirindo o PB, entre 1;8 e 3;7 anos, encontra uma queda dos definidos de 4,5% (45/1010) em contextos referenciais.<sup>7</sup> Essas quedas são observadas até a idade de 2;1 anos e depois desaparecem. Não há, contudo, um estágio estanque de queda dos determinantes e, sim, como no caso dos dados de Gregório, uma oscilação em seu uso:

(7) Adulto: O globo tá aqui. Viu que bonito o globo?

Criança: **bóia** (AC 1;8)

**a bóia**

Adulto: A bola!

Essa analogia entre os dados de aquisição e os de Gregório nos leva a crer que ele está num processo de aprendizagem de uma língua, o PB escrito do século XIX, em que há um sistema aberto de determinantes definidos. Porém, a oscilação tanto pode ser vista como uma queda do determinante em contexto obrigatório, portanto um erro de omissão, como, para os que aceitam hipóteses de acesso à GU através da primeira língua na aquisição/aprendizagem de outras línguas, um uso que faz parte da gramática de sua primeira língua, eventualmente próxima à de HV, em que o uso dos determinantes é muito particular e especializado. Infelizmente não há evidências independentes que possamos utilizar para decidir por uma das duas análises.

Também não podemos aqui comparar o uso dos artigos indefinidos entre HV e Gregório, pois não há exemplos com o artigo aberto no último caso. No primeiro, é muito difícil decidir se a oscilação no uso dos artigos também funciona como nos definidos. Qualquer observação deveria necessariamente passar por uma separação entre os indefinidos não realizados, como em (8), e os casos de nomes nus propriamente, em contextos existenciais, ponto a que voltaremos abaixo.

<sup>7</sup> Refiro o leitor a LOPES (2006) para maiores informações acerca das crianças analisadas assim como para a metodologia empregada na descrição dos dados.

- (8) ... marrá **um pano** na cabeça... vô marrá **pano**... [HV]

Na seção que segue vamos examinar o que chamaremos de nomes nus no PB, comparando-os com aqueles encontrados em HV e Gregório. Vamos apontar algumas particularidades de seu funcionamento, a posição sintática em que se encontram e, então, entraremos na discussão do traço de número e sua marcação morfológica em HV, Gregório e PB.

### 3. NOMES NUS EM PB<sup>8</sup>

Assume-se, geralmente, na literatura que nominais nus tendem a ser restritos a plurais e nomes massa em posição argumental, a não ser no caso de nomes próprios (LONGOBARDI, 1994, 2002; KRIFKA, 2004; CHIERCHIA, 1998; entre tantos outros). Línguas como o chinês seriam uma exceção a essa generalização uma vez que licenciam nominais nus de forma mais livre, em função da falta de morfologia de plural e de um sistema de determinantes e a presença de um sistema de classificadores (CHIERCHIA, 1998).

O PB se tornou uma língua de interesse a ser examinada, uma vez que, a despeito de apresentar morfologia de plural e artigos definidos e indefinidos flexionados para número e gênero, permite nomes nus contáveis singulares (NNs) em posição argumental, tanto com leitura genérica quanto existencial a depender do predicado a que se associam (SCHIMITT & MUNN, 1999; MÜLLER & OLIVEIRA, 2004; KESTER & SCHIMITT, 2005; entre tantos outros).

Abaixo temos alguns exemplos de NNs genéricos. Vê-se que há entre eles instâncias de *characterizing sentences* (como (9), por exemplo) mas este, não é o caso das sentenças (10)-(12).

- (9) **Camarão** é crustáceo.  
 (10) **Professor** trabalha muito.  
 (11) **Criança** gosta de **tomate**.  
 (12) Lucas adora **cachorro**.

<sup>8</sup> Essa discussão baseia-se em LOPES (2007)

Os existenciais ocorrem tanto com verbos existenciais propriamente (ex. (13)) quanto em sentenças episódicas (14), mas nunca podem ocupar a posição de sujeito (15):

- (13) Tem carro aí.
- (14) Ontem eu comprei livro no shopping.
- (15) \*Amigo/\*amigos/\*amigos de Floripa foi/foram embora ontem.

Esse grupo de exemplos nos permite chegar a uma primeira generalização: genéricos podem ocorrer em posição de sujeito ou objeto, enquanto existenciais só podem ocorrer em posição pós-verbal. Aparentemente essa restrição é mais ampla e ocorre nas línguas que permitem NNs com morfologia plural e que, obviamente, licenciam as duas leituras, como é o caso do holandês, por exemplo. Ou seja, a marcação morfológica de número nos NNs é um fenômeno independente da posição sintática em que cada uma das leituras poderá ocorrer.

Embora seja difícil sustentar que a mesma restrição se aplica aos dados de HV e Gregório, encontramos, no entanto, alguns dados que parecem ir nessa direção:

- (16) **Boca** é pá botá pirão. [HV, exemplo de Ribeiro & Lopes, 2010]
- (17) Tenho **fiado!** (Tenho afilhado!) [HV]
- (18) ... que nesta sociedade tem **sócio** a dar razão a ele... [Gregório]

Temos um genérico em posição de sujeito em (16) e existenciais clássicos em posição de objeto em (17) e (18).

Cabe ressaltar que existenciais não devem ser confundidos com indefinidos, pois têm comportamento distinto. Uma das diferenças entre indefinidos e existenciais em NNs, já apontada por Rullmann & Aili You (2003) e Kester & Schmitt (2005), tem a ver com escopo. Existenciais apresentam apenas escopo estrito, enquanto indefinidos são ambíguos entre escopo estrito e largo - (19) e (20), respectivamente:



(19) Eu não vi mancha no chão. [=uma ou mais manchas]

(20) Eu não vi uma mancha no chão.

(Eu não vi nenhuma mancha – estrita)

(Há uma mancha que eu não vi – larga)

Em relação a leituras específicas e não-específicas, os indefinidos são ambíguos entre as duas possibilidades, enquanto os existenciais nunca permitem uma leitura específica (MÜLLER & OLIVEIRA, 2004):

(21) Henrique viu um policial no quintal às 2, às 3 e às 4 da tarde.

(Ele viu o mesmo policial específico a cada hora ou ele viu um policial diferente a cada hora)

(22) Henrique viu policial no quintal às 2, às 3 e às 4 da tarde.

(Ele viu um ou mais policiais no quintal a cada hora)

Avelar (2004) explora um fenômeno interessante de alternância entre ‘ter’ e ‘estar’ que nos parece contribuir para a distinção que pretendemos estabelecer aqui entre os indefinidos e os existenciais. Indefinidos podem receber uma leitura partitiva em posição pré-verbal com ‘estar’ (23b); contudo, os existenciais não permitem isso (24b), eventualmente em função também de restrição de sua ocorrência em posição pré-verbal, como indicado anteriormente.

(23) a. Tem uma cadeira na sala.

b. Uma cadeira está na sala.

(24) a. Tem cadeira na sala.

b. \* Cadeira está na sala.

Qualquer análise de HV e Gregório sobre os DPs nus deveria ser capaz de estabelecer uma distinção entre queda do artigo indefinido e NNS

existenciais. A leitura existencial parece clara em (17) e (18), mas já não tão clara em (8), que analisamos, acima, como oscilação no uso do determinante indefinido. São contextos de difícil separação.

De toda forma, HV e Gregório já demonstram licenciar em suas gramáticas os NNs com leituras existenciais e genéricas tal qual o PB, ou seja, também com singulares contáveis e não apenas massivos.

#### 4. MARCAÇÃO MORFOLÓGICA DE NÚMERO

Conforme apontam R&C, não há traço morfológico de plural nos nomes em HV. A marcação de plural parece se dar apenas no determinante definido, uma possibilidade também encontrada no PB, embora o padrão, neste caso, seja também estendido para os indefinidos:

- (25) Era as música. [HV] e [PB]
- (26) Ele encontrou uns menino. [PB]

O PB escrito, por outro lado, tem um padrão normativo de marcação plural redundante em todos os elementos do DP:

- (27) as suas músicas preferidas

O interessante, então, é examinar os dados escritos de Gregório. Neles há três formas de marcação, conforme discutem R&C: apenas no determinante, como em HV e PB, redundante, como no PB escrito e, finalmente, uma forma que encontramos também em crianças em fase de aquisição do PB, ou seja, com a marca de plural apenas no nome e não no determinante:

- (28) alguns requerimento [Gregório]
- (29) os sócios [Gregório]
- (30) a. um recibos [Gregório]  
b. a dispezas [Gregório]

- c. um cabelos compidos (G. 3;7, em Lopes 2006)
- d. a hienas (C. 2;4, em Lopes 2006)

Esse caso parece afastar os dados de Gregório dos de HV e eventualmente apontar para o fato de que ele passa mesmo por um processo de aquisição/aprendizagem do português escrito em que, tal como a criança adquirindo PB, usa uma estrutura possível nas línguas naturais (como o inglês, por exemplo), embora totalmente inexistente no *input*, quer este tenha sido semelhante a HV ou aos dados de escrita do PB. É interessante verificar que o padrão inexistente nos dados adultos de PB e português escrito tanto é realizado com artigo definido como indefinido por Gregório e pelas crianças examinadas por Lopes (2006), como se verifica em (30a) e (30c), respectivamente. Faz-nos pensar se no processo de aquisição não se assume inicialmente que o traço interpretável de número esteja mesmo no nome. Pode-se, ainda, sugerir a hipótese de que a categoria funcional de Número esteja subespecificada inicialmente, dada a sua possível opcionalidade no PB, tópico a que nos voltamos agora.

Vamos examinar brevemente a interpretação de número nos NNs em PB, com base em Lopes (2007). Para detectar a retomada dos NNs e sua interpretação em relação a número, aplicamos dois testes: recuperação por anáfora discursiva (SCHMITT & MUNN, 1999) e resposta a perguntas sim/não (ver, neste último caso, MÜLLER & OLIVEIRA, 2004). Vejamos:

- (31) **Criança** gosta de doce. \*Ela/**Elas** sempre pede(m) para comprar.
- (32) Tem **maçã** na cesta. **Ela/Elas** não tava(m) madura(s), mas eu trouxe do mercado assim mesmo.
- (33) **Criança** pode entrar no teatro?  
Só se \*ela/**elas** estiver(em) acompanhada(s) dos pais.
- (34) Você comprou **camisa**?  
a. Sim, comprei **uma**.

b. Sim, comprei **duas**.

As sentenças (31) e (33), com leituras genéricas, apresentam a retomada com pronomes no plural, o que, obviamente, não quer dizer que os NNs sejam interpretados como tal, pois se trata de uma interpretação como *kind*, em que a distinção singular-plural não se põe. O objetivo dos testes acima é o de estabelecer eventuais propriedades em relação ao DP.

Cabe, também, um esclarecimento sobre (33). A sentença com a anáfora discursiva no singular é possível na língua; contudo, num caso como esse há uma clara mudança de leitura que sai do genérico e atribui uma referência específica ao nome 'criança'.

(32) e (34) são exemplos de existenciais e pode-se perceber que a retomada se dá tanto no singular quanto no plural. É importante ressaltar, contudo, que, no caso dos existenciais, determinados predicados naturalmente vão forçar uma leitura singular ou mesmo massiva do NN por motivos independentes, até mesmo pragmáticos.

Podemos depreender que NNs genéricos, embora morfologicamente singulares e retomados por pronomes no plural, sempre apresentam uma interpretação de tipo (*kind*). Os existenciais, por outro lado, são igualmente morfologicamente singulares, mas podem ter uma interpretação singular ou plural. São, portanto, neutros em relação a número ou subespecificados. Esse comportamento também parece existir em HV e Gregório, conforme se vê nos exemplos (16), para o genérico, e (17) e (18), para os existenciais. Repetimos aqui o exemplo (17), como (35), para mostrar que a leitura é necessariamente plural:

(35) Tenho **fiado**! (necessariamente mais do que um afilhado)

## 5. ALGUMAS PALAVRAS SOBRE A ANÁLISE DE R&C

R&C assumem que todo argumento é um DP em que a categoria NumP (sintagma funcional de número) é opcional, estando ausente em genéricos e massivos. Esta é uma análise que também se encontra em

Schmitt & Munn (1999) e Lopes (2007). Assumem, ainda, que traços-phi são interpretáveis em N e não interpretáveis no núcleo de NumP, valoráveis por *Agree*. Essa análise foi também assumida por Lopes (2006) para tentar justamente dar conta da marcação morfológica não adulta encontrada nos dados infantis (30c,d). Contudo, como a autora discute, essa análise não é livre de problemas, pois não explica a concomitância dos demais padrões de marcação encontrados na fala infantil. O mesmo raciocínio poderia ser aplicado em relação aos dados de HV em que o nome jamais se flexiona para plural. Para sustentar essa análise, seria necessário assumir, como fazem R&C, movimento do nome para o núcleo de NumP. Mas não fica claro como o traço de plural, por exemplo, acaba por se realizar morfológicamente no determinante em HV, pois, segundo a análise proposta pelas autoras, o traço de número em D é também não interpretável.<sup>9</sup> Também não fica claro como *Agree* se aplicaria entre D, Num e N. Perguntamo-nos se é necessário o movimento e até onde se daria, embora não pareça haver evidência para ele nos dados.

A proposta para a opcionalidade de NumP é apenas para os genéricos. A estrutura do DP assumida pelas autoras parece ser a mesma para os definidos, indefinidos e existenciais. Mas dada a discussão da seção anterior, fica a dúvida se o papel de NumP – e seus traços – é o mesmo em todos os casos. Vale ressaltar, contudo, que as autoras vão assumir que traços não específicos sejam realizados em SpecD e traços específicos, em D, conquanto não discutam a motivação para isso.

Em relação à não realização dos determinantes, as autoras propõem que sua contrapartida “nula” resulta da não realização fonológica dos traços de D e que a interpretação desejada se dê através de pistas cotextuais, contextuais e pragmáticas. Entendo, assim, que essa proposta seja assumida tanto para os DPs referenciais quanto para os NNs propriamente – os genéricos e existenciais. Se é este o caso, há uma desejada unificação entre

<sup>9</sup> O parecerista aponta, com muita propriedade, que se número, por exemplo, é não interpretável em Num, então essa categoria não teria impacto em Forma Lógica (LF), comportando-se como AGR em modelos pré-minimalistas. Se se assume que essa categoria seja opcional apenas em determinados contextos sintáticos, então o resultado é a diferença interpretativa a partir de sua presença ou não em LF, o que parece desejável. De toda forma, falta uma discussão mais precisa sobre o lugar de traços interpretáveis e não interpretáveis na proposta de R&C.

os fenômenos, mas não fica claro, contudo, como a fonologia sabe o que não realizar. A partir de que tipo de informação da sintaxe isso ocorreria?

Finalmente, não se duvida de que uma dada interpretação possa ser apreendida pragmaticamente; porém, nos casos em questão uma divisão essencial é a referencialidade ou não do DP, ou seja, um traço semântico a ser codificado em Forma Lógica. Não deveria resultar, portanto, de informações formais do próprio DP?

Não são questões simples e certamente não devem nos fazer perder de vista a beleza dos dados.

## 6. ALGUMAS POUCAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora tenha feito um exercício para aproximar a gramática de Gregório do PB, distanciando-a de HV, é muito pouco provável que sejam muito distintas, na fala, se se supõe que o *input* foi semelhante em ambos os casos, considerando que ambos são afro-descendentes e contemporâneos em alguma medida. Também não me parece fazer sentido falar em PB como segunda língua (L2), pois ambos foram nascidos no século XIX. Mas fica a questão se o português escrito não poderia ser tomado como L2 para Gregório. Contudo, como dissemos anteriormente, seus dados tanto podem ser interpretados assim como também mostram processos que encontramos em crianças pequenas adquirindo o PB.

Esse “meio de caminho” entre o CVC e o PB nos dados de HV talvez sinalize uma gramática que veio – em gerações anteriores – como L2 e que, como tal, (i) passa a realizar determinadas categorias mais especificadas e (ii) associa traços interpretáveis a determinados itens lexicais, mesmo que na gramática original eles fossem não interpretáveis ou estivessem associados a categorias distintas (cf, nesse sentido, Tsimpli 2004).

Eventualmente uma análise mais global das duas gramáticas nos permita identificar outros traços encontráveis ou não tanto em PB quanto em CVC, como objetos nulos, realização do sujeito, tópicos, construções locativas etc., enfim índices que pudessem guiar o analista em relação aos limites entre um dado sistema gramatical e outro.

Voltando, porém, aos DPs nus, como afirmaram Ribeiro & Lopes:

*What remains to be said is whether Brazilian Portuguese bare nouns found the appropriate environment in the afro-brazilians' grammar to flourish or whether such an innovative feature of the language – not to be found in any other Romance language – was inherited from the afro-brazilians.* (RIBEIRO; LOPES, 2010, p. 66).

## REFERÊNCIAS

- AVELAR, J. *Dinâmicas morfossintáticas com 'ter', 'ser' e 'estar' em português brasileiro*. 248pp. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pós-graduação em Linguística, Unicamp, 2004.
- BAPTISTA, M. On the syntax and semantics of DP in Cape Verdean Creole. In: BAPTISTA, M.; GUERÓN, J. (Eds.). *Noun Phrases in Creole Languages*. Amsterdam: John Benjamins, 2007. p. 61-106.
- CHIERCHIA, G. Reference to kinds across languages. *Natural Language Semantics*, New York, v. 6, p. 339-405, 1998.
- KESTER, E-P; SCHMITT, C. Bare nominals in Papiamentu and Brazilian Portuguese. In: GUESS, R.; RUBIN, E. (Eds.). *Theoretical and experimental approaches to Romance Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2005.
- KRIFKA, M. Bare NPs: kind-referring, indefinites, both, or neither? *Empirical issues in formal Syntax and Semantics*, BONAMI, O.; CABREDO HOFHERR, P. (Eds.), v. 5, p.111-132, 2004.
- LONGOBARDI, G. Proper names and the theory of N-movement in syntax and logical form. *Linguistic Inquiry*, v. 25, p. 609-665, 1994.
- \_\_\_\_\_. How comparative is semantics? *Natural Language Semantics*, v. 9, p. 335-369, 2002.
- LOPES, R.E.V. Bare nouns and DP number agreement in the acquisition of Brazilian Portuguese. In: 9<sup>th</sup> Hispanic Linguistics Symposium, 2005, State College, PA. *Selected proceedings...* Somerville: Cascadia Press, 2006. p. 252-262.
- \_\_\_\_\_. Against a unified analysis for bare nouns in Brazilian Portuguese. In: GOING ROMANCE -Twenty-first Symposium on Romance Linguistics, 2007, Amsterdam. *Abstracts...* Amsterdam:

Universidade de Amsterdam, 2007. p. 23-24.

MÜLLER, A. & F. OLIVEIRA. Bare nominals and number in Brazilian and European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 3, p. 9-36, 2004.

RIBEIRO, I. & S. CYRINO. *A estrutura do DP no crioulo de Cabo Verde e no PB de afro-descendentes*, neste volume.

RIBEIRO, I.; LOPES, R. E. V. The structure of DPs in 19th century afro-brazilians' grammar and its similarities to creole languages and Brazilian Portuguese. In: IV workshop ROMANIA NOVA, 2010, Campos do Jordão. IV Workshop ROMANIA NOVA. Campinas, 2010. p. 65-66.

RULLMAN, H.; YOU, A. General number and the semantics and pragmatics of indefinite bare nouns in Mandarin Chinese. Ms, University of Calgary, 2003.

SCHMITT, C. & A. MUNN Against the Nominal Mapping Parameter: Bare nouns in Brazilian Portuguese. In: TAMANJI, P.; HIROTANI, M.; HALL, N. (Eds.). *Proceedings of NELS*, v. 29, p. 339-353, 1999.

SNYDER, W. *Child Language: The parametric approach*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

TSIMPLI, I.M. Features in L1 and L2 acquisition: evidence from Greek clitics and determiners. *Analyse comparative des processus d'acquisition en L1 et L2*, H. Hendricks (Ed.), p. 87-128, 2004.

Submetido em: 29/11/2011

Aceito em: 30/01/2012